


# RELATOS DE EXPERIÊNCIA

## Educação para a integridade: uma proposta de formação continuada

*Education for Integrity: a proposal for continuing education*

 *Aécio da Fonseca \**  
*Simone Melo de Oliveira \*\**  
*Priscila Gonzaga de Sousa Costa \*\*\**  
*Tâmia Teles de Menezes Pereira \*\*\*\**  
*Paulo Sérgio da Silva Sousa \*\*\*\*\**

**Resumo:** O projeto *NaMoral* é uma iniciativa do MPDFT e tem por objetivo levar vivências para o fortalecimento da cultura de ética, da integridade e da cidadania às comunidades escolares. Trata-se, portanto, de uma proposta essencialmente educativa, que tem como público-alvo os estudantes da Educação Básica. O fato de o projeto ter pontos de convergência com as competências gerais da Educação Básica, bem como com as habilidades da Base Nacional Comum Curricular e com o Currículo em Movimento da SEEDF possibilitou uma parceria formal entre o Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios (MPDFT) e a Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal (SEEDF). Por meio da Subsecretaria de Formação Continuada (EAPE), foi possível realizar ações de formação continuada para os docentes que participaram do projeto nas escolas. Essa ação tem um caráter inédito, pois a execução do projeto nas escolas se dá concomitantemente à formação dos professores, com o acompanhamento “in loco” dos formadores que também participam ativamente das atividades que constituem o *NaMoral*. Este relato tem o objetivo de apresentar como a formação continuada contribui para o desenvolvimento do projeto nas escolas.

**Palavras-chave:** Formação continuada. Cultura da integridade. Valores sociais. Formação humana. Programa *NaMoral*.

**Abstract:** The *NaMoral* project is an MPDFT initiative and aims to bring experiences to strengthen the culture of ethics, integrity and citizenship in school communities. It is, therefore, an essentially educational proposal, which targets Basic Education students. The fact that the project has points of convergence with the general skills of Basic Education, as well as with the skills of the National Common Curricular Base and the SEEDF Curriculum in Movement, made possible a formal partnership between the Public Ministry of the Federal District and the Territories – MPDFT and the State Department of Education of the Federal District – SEEDF. Through the Subsecretariat for Continuing Training (EAPE), it was possible to carry out continuing training actions for teachers who participated in the project in schools. This action is unprecedented, as the execution of the project in schools takes place simultaneously with the training of teachers, with “in loco” monitoring of trainers who also actively participate in the activities that make up *NaMoral*. This report aims to present how continued training contributes to the development of the project in schools.

**Keywords:** Continuing training. Culture of integrity. Social values. Human formation. *NaMoral* Program.

---

\* Licenciado e bacharel em Química. Especialista em Coaching Educacional. Terapeuta Integrativo. Professor formador na Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais de Educação do Distrito Federal (EAPE). Contato: [aecio.fonseca@edu.se.df.gov.br](mailto:aecio.fonseca@edu.se.df.gov.br).

\*\* Graduada em Letras pelo Centro Universitário de Brasília (CEUB). Pós-graduada em Didática do Ensino Superior pela Universidade Católica de Brasília; pós-graduada em Orientação Educacional pela Faculdade Apogeu. Professora dos anos finais na SEEDF. Contato: [simone.m.deoliveira@gmail.com](mailto:simone.m.deoliveira@gmail.com).

\*\*\* Professora na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), graduada em Letras-Português e Francês pela Universidade de Brasília. Especialista em Linguística de texto e análise do discurso em materiais didáticos. Professora da SEEDF, atuando na EAPE, formadora do Projeto *NaMoral*. Contato: [priscilagsc@gmail.com](mailto:priscilagsc@gmail.com).

\*\*\*\* Mestre em Ensino de Ciências pela Universidade de Brasília. Bióloga pela Universidade Católica de Brasília. Especialista em Avaliação de Impacto Ambiental. Especialista em Interdisciplinaridade em Metodologias Ativas. Atualmente é professora da Educação Básica na SEEDF. Contato: [tamiatpereira@gmail.com](mailto:tamiatpereira@gmail.com).

\*\*\*\*\* Graduado em Letras Português e Latim (UniCeub). Pós-graduado em História da África e dos Afrodescendentes (UnB) e em Didática do Ensino Superior (PUC/RS). Professor da educação básica na SEEDF e coordenador do Projeto *NaMoral* na EAPE. Contato: [pecesousa@gmail.com](mailto:pecesousa@gmail.com).

## Introdução

Espelhando a sociedade em que se insere, a escola tem se mostrado um lugar hostil de várias formas: violento, competitivo, com crescentes situações de *bullying* e automutilação; enfim, constitui-se hoje em um espaço inadequado à efetiva aprendizagem e ao desenvolvimento integral dos educandos, que se tornam cada vez mais alheios ao almejado *status* que o processo educativo deveria legar a eles, qual seja, de genuínos agentes de transformação e melhoramento da sociedade (Unesco, 2019; Abramovay, Cunha, Calaf, 2009).

Não apenas no Brasil, mas em todo o mundo, os vários tipos de violência escolar têm sido objeto de intensa preocupação de gestores e educadores, devido ao aumento de ações envolvendo violência nesses espaços (Chrispino, 2007). O documento da Unesco “Violência social e *bullying*: relatório sobre a situação mundial” também dá conta de que as violências no ambiente escolar se tornaram comuns e afetam, todos os anos, cerca de 246 milhões de crianças e adolescentes no mundo.

Por outro lado, os documentos que norteiam a educação básica, desde os mais genéricos, como o relatório *Educação: um tesouro a descobrir*, publicado pela Unesco em 2010, em cujo texto constam os quatro pilares da educação (“Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Conviver e Aprender a Ser”), amplamente difundidos em artigos acadêmicos mundo afora; ou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Lei nº 9.394/1996 (Brasil, 1996), que organiza a educação brasileira com base nos princípios presentes na Constituição Brasileira, também chamada de Constituição Cidadã (Brasil, 1988); até documentos bem específicos, como programas curriculares e projetos político-pedagógicos das unidades escolares, a tônica é que os processos educativos devam formar pessoas humanizadas, aptas a uma convivência civilizada, capazes de entender o mundo, de lidar com os desafios de forma solidária; enfim, pessoas preparadas para o exercício pleno da cidadania, no sentido mais humanista da expressão.

Constata-se, então, uma abissal lacuna entre as políticas públicas que buscam edificar esses potenciais agentes de transformação e a realidade que o ambiente escolar em geral apresenta. Conforme indica o relatório *Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas* (Abramovay, Cunha, Calaf, 2009), uma das questões que chamou a atenção na pesquisa feita com a comunidade escolar foi o alto grau de discriminação ainda existente no ambiente escolar, mesmo com o incentivo de políticas afirmativas já existentes. Esse mesmo relatório aponta a importância do melhoramento do ambiente escolar como fator essencial para a melhoria da qualidade, em suas dimensões ética, social e cognitiva.

Mudanças são, portanto, imprescindíveis, para que a educação cumpra o seu mais genuíno papel: dar oportunidades a crianças e jovens estudantes de se tornarem cidadãos plenos, pessoas conscientes de si próprias, de seus direitos e deveres; sabedoras do papel que lhes cabe na sociedade; leitoras do mundo, das culturas, das conjunturas; capazes de entender os problemas do seu tempo e de lidar com eles, oferecendo soluções viáveis, em prol do bem comum; indivíduos aptos à realização pessoal.

Fato é que os diversos atores que lidam com educação, em todos os níveis e esferas, e os especialistas na área concordam que as políticas educacionais precisam evoluir substancialmente, não só para dar soluções eficientes a problemas e conflitos hoje comuns nas escolas, como também para prevenir o surgimento desses e de outros problemas. Nessa direção, alinhavou-se uma parceria entre o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), que acolheu o projeto *NaMoral: Integridade, Ética e Cidadania*, tal como concebido pelo MPDFT, em ações pontuais, de forma piloto, em um primeiro momento. Posteriormente, a partir de 2022, essa parceria evoluiu para um acordo de cooperação, que estendeu a abrangência do projeto, propondo, dentro do escopo da formação continuada da SEEDF (no âmbito da Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação – EAPE), o curso *Projeto NaMoral: aprendizagem para a integridade humana*. Esse curso, que contempla a aplicação prática do projeto nas escolas concomitantemente à formação dos professores, foi ofertado a todas as escolas de anos finais da rede pública de ensino (com foco principal nos 8º e 9º anos). A priorização dessa etapa da Educação Básica se deveu ao fato de o projeto *NaMoral* guardar muitas similaridades com o componente curricular Projeto de Vida, que é uma eletiva no Ensino Médio. Dessa forma, o *NaMoral* funciona, inclusive, como uma transição entre as duas etapas.

O projeto tem por finalidade criar um ecossistema de integridade nas comunidades escolares, promovendo vivências individuais e coletivas pautadas em valores e virtudes para um bem viver social, conforme preconiza a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Busca consolidar valores e comportamentos apoiados em integridade, responsabilidade, respeito, cidadania, justiça, empatia, honestidade, fraternidade, solidariedade, coerência, coragem, serviço, lealdade, humildade, paciência, equilíbrio, cooperação, colaboração, gentileza, esperança, generosidade, gratidão, honra, perseverança, liderança, amor e proatividade.

Ainda, busca efetivar uma política de prevenção primária à corrupção, pautada nos artigos 205 e 214-V da Constituição Federal, no artigo 2º do Plano Nacional de Educação e nos artigos 22 e 27-I da Lei de Diretrizes e

Bases, que especificam a importância de uma educação para o exercício da cidadania. Corroboram com a validação do compromisso assumido pelo Brasil na Convenção de Mérida, em 2005, na busca por incentivar a participação ativa de pessoas e grupos (sociedade civil, organizações não-governamentais e organizações com base na comunidade) na prevenção e na luta contra a corrupção, na sensibilização da opinião pública com respeito à existência, às causas e à gravidade da corrupção, bem como à ameaça que esta representa.

Uma vez firmado o acordo de cooperação, a Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais de Educação (EAPE) iniciou o preparo para as ações de formação continuada, abrangendo também o acompanhamento da execução do projeto nas escolas, no caso específico.

Conforme preconizam as Diretrizes de Formação Continuada da SEEDF (2018), a formação para os profissionais da educação tem como referência os pressupostos teóricos-metodológicos do Currículo em Movimento da Educação Básica (2014), quais sejam, a Pedagogia Histórico-Crítica e a Psicologia Histórico-Cultural. Nesse sentido, o curso oferecido teve como propósito aliar os objetivos propostos pelo Projeto NaMoral à formação crítico-emancipadora dos sujeitos, entendendo que educadores e educandos envolvidos na prática pedagógica são agentes de mudança, participação e compromisso com a construção de uma sociedade mais justa, sustentável e inclusiva.

Nesse sentido, a parceria com o MPDFT, por meio do projeto NaMoral, se justifica. Como se explanará

adiante, o NaMoral se vale de estratégias didáticas que preveem ações dialógicas que facilitam debates acerca de valores, dilemas éticos e situações-problema, nas quais os estudantes são envolvidos, a fim de que discutam as temáticas e desenvolvam as ideias junto aos seus pares, com o protagonismo que lhes deve caber como sujeitos do aprendizado, mediados pelos educadores/cursistas participantes da formação do NaMoral, profissionais devidamente paramentados para tanto, com o suporte dos manuais e demais materiais lúdicos que o projeto disponibiliza para o desenrolar das atividades.

Além disso, a dinâmica de execução é dotada de uma gradação, uma crescente, que parte da integridade individual, passa pelas relações interpessoais e desemboca em ações que impactam na comunidade em que a escola está inserida, por meio de vivências que promovem reflexões sobre os problemas que há nesses três níveis, sempre com foco nos valores humanos. Todo esse processo é acompanhado pelos formadores da EAPE e por representantes do MPDFT.

Este relato visa apresentar como o trabalho pedagógico do curso formativo *Projeto NaMoral: aprendizagem para a integridade humana* foi planejado, organizado e vem sendo desenvolvido. Serão descritas as principais fases propostas pelo projeto e relatados alguns eventos relativos à sua execução. Além disso, serão pontuados os desafios e as potencialidades observados pelos formadores no decorrer do curso e vivenciados pelos professores aplicadores, durante a implementação local do projeto.

Figura 1 – Ecosistema da Integridade



Fonte: Elaborado pelos autores.

## Apresentação do projeto NaMoral

O projeto *NaMoral* tem por objetivo promover nas escolas uma cultura para a integridade, pautada na autorresponsabilidade, na ética, nos valores e princípios que potencializam o bem-estar individual e social. O projeto foi iniciado em 2019 pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e tem como missão:

Servir à sociedade brasileira como uma ferramenta de conscientização e de estratégias práticas para a edificação da cultura da integridade e da intransigência à corrupção, por meio de experiências que materializam a liberdade de se viver de forma coerente aos valores essenciais para a fraternidade, igualdade em dignidade e direitos e bem comum (Distrito Federal, 2022a).

Os conteúdos propostos são fundamentados em áreas de conhecimento como a Pedagogia, a Psicologia e a Neurociência e se utilizam de metodologias ativas – gamificação – para resgatar o protagonismo dos estudantes, o direito deles de participação, em relação à própria vida e na vida em sociedade. A formação cidadã também é trabalhada, o que auxilia os educandos nos processos de tomadas de decisão e de escolhas, bem como na construção de uma consciência para a integridade.

Nesse sentido, as atividades propostas possibilitam ao estudante conhecer e/ou reconhecer os valores e habilidades que são necessários para conviver em sociedade de forma ética, consciente e diligente. Essas atividades estão pautadas em três eixos: Integridade individual,

Integridade coletiva e Integridade altruísta. Assim, por meio de vivências dialógicas, reflexivas e de construção coletiva, ao final da formação, espera-se que os estudantes alcancem esses três níveis de integridade, conforme a Figura 1 ilustra.

O conceito de Integridade para o projeto *NaMoral* está ligado ao estado ou à característica daquilo que é inteiro, ao estado de plenitude, “à concretização da liberdade pessoal de se fazerem escolhas inteiramente coerentes com os valores universais para a família humana” (Distrito Federal, 2022a). Desse modo, a integridade tem natureza relacional, expressando-se nas interações entre os sujeitos.

Com o intuito de despertar a motivação, garantir o protagonismo e promover maior integração dos estudantes, o projeto utiliza a gamificação para o desenvolvimento das atividades. Essa técnica de metodologia ativa considera o formato e os elementos de jogos em contexto de não-jogo, sendo possível trabalhar com experiências imersivas, com foco na motivação e no interesse dos participantes.

Assim, o Game *NaMoral* é constituído por missões que apresentam os conteúdos de forma lúdica e construtiva. O jogo é composto por seis missões, distribuídas ao longo do ano, com objetivos bem definidos (Figura 2). Ainda são realizados eventos específicos (atividades culturais, artísticas e lúdicas) que têm como objetivo promover e compartilhar com a comunidade escolar os ideais e propósitos do projeto *NaMoral*.

Para a execução do projeto junto aos estudantes, o professor/aplicador conta com materiais de apoio - Manual

Figura 2 – Missões do jogo NaMoral



Fonte: Elaborado pelos autores.



do Professor e a Caixa de Ferramentas (Kit *NaMoral*) - que contêm o passo a passo das dinâmicas, das missões e demais eventos, bem como propostas de atividades, tais como ações dialógicas, nas quais os educandos protagonizam discussões sobre as temáticas propostas e desenvolvem as ideias junto aos seus pares, exercendo no contexto o papel de sujeitos próprios do aprendizado.

A mediação desse processo é feita pelo educador participante da formação do *NaMoral* – cursista, devidamente paramentado para tanto, conhecedor dos manuais e demais materiais lúdicos de que o projeto se vale e também instruído pelas prévias discussões e trocas de experiências com os seus pares durante a formação.

Todo esse processo é acompanhado pelos formadores da Eape e também por representantes do MPDFT.

## Organização do Trabalho Pedagógico do percurso

“Quem forma se forma e reforma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado.”

Paulo Freire

A formação continuada oferecida pela Eape articula-se com as principais políticas públicas da área educacional. Ela é fundamental para que os professores se apropriem de conhecimentos específicos e técnicos, a fim de empregá-los em suas práticas, mas também considera o valor dos saberes advindos de suas experiências. Na Eape, os educadores compartilham experiências, refletem sobre a prática pedagógica e os papéis sociais, e prepararam-se para lidar com mudanças. No entanto, um dos objetivos dessa Subsecretaria é fomentar o interesse do professor por renovar-se, compreendendo que desempenha um compromisso social e profissional.

Aguerro (2003) e Tardif (2014) defendem que os saberes e as competências profissionais docentes são o conjunto das aprendizagens adquiridas ao longo da vida – na formação inicial e continuada, no desempenho profissional e nas relações sociais, dentro e fora da escola.

É exatamente por embasar os conceitos e práticas em relação aos valores, considerando que a educação seja a chave para a formação integral do indivíduo e para o desenvolvimento de suas habilidades e competências, que o Projeto *NaMoral* passou a ser ofertado na formação continuada.

Para a implementação do projeto, procederam-se várias ações de divulgação, no sentido de apresentar o *NaMoral*, sua construção histórica, seu fundamento e as contribuições que ele pode propiciar ao ambiente escolar. Para tanto, uma equipe composta por representantes do MPDFT e da Eape procedeu visitas às Coordenações Regionais de Ensino, para falar com os gestores das unidades escolares; os formadores da Eape contataram pessoalmente as escolas potencialmente interessadas;

e, também, houve ampla divulgação do curso *Projeto NaMoral: aprendizagem para a integridade humana* em mídias sociais, além da divulgação padrão que a Eape faz do seu catálogo de cursos. Essas ações foram significativas a ponto de que se consolidassem quatro turmas, feito raro para cursos em primeira edição.

Em outubro de 2022, três professores, que desenvolveram o projeto *NaMoral* ainda na versão “piloto”, em suas respectivas comunidades escolares, foram convidados a multiplicar a experiência vivida e a construir o planejamento pedagógico para a formação dos professores da rede de ensino do DF no *NaMoral*.

Como esses educadores já haviam executado o *NaMoral* com reconhecido engajamento e êxito em 2022 e, portanto, dominavam a essência dele, já chegaram aptos ao diálogo, uma vez que tinham a experiência e conheciam a dinâmica do projeto. Então, a eles coube determinar, como fio condutor do percurso, o diálogo e a parceria com os demais educadores e atores das comunidades escolares. Ainda, para compor a equipe de formação, foram convidados mais uma professora e um coordenador com experiência e conhecimento na formação do curso *NaMoral: edificando o comportamento íntegro*, dirigida à Eletiva 1 do Ensino Médio.

O curso foi estruturado e desenvolvido no formato híbrido, tendo 19 encontros síncronos, sendo 13 virtuais e 6 presenciais; com a carga horária total de 180h (encontros síncronos, horas indiretas e horas *online*). As aulas foram ministradas em horário de coordenação pedagógica individual (terças e quintas-feiras), prerrogativa dos educadores da SEE/DF, o que oportuniza a participação dos interessados.

Quando da divulgação do curso *Projeto NaMoral: aprendizagem para a integridade humana*, houve uma orientação para que o projeto fosse inserido no componente curricular Parte Diversificada (PD) no 2º bloco do 3º Ciclo do Ensino Fundamental – 8º e 9º anos. Entretanto, várias escolas envolveram também no 1º bloco (6º e 7º anos) ou encaixaram o projeto em outros componentes que não PD, sempre adequando os materiais. No caso das escolas de tempo integral, o projeto pôde ser ofertado como componente curricular propriamente.

Inicialmente, deu-se o processo de inscrição das unidades escolares em três modalidades: por lista fechada, com as escolas que manifestaram o interesse pelo projeto em 2022, por meio da divulgação do MPDFT e da Eape nas regionais de ensino; por inscrição aberta, para os professores da Educação Básica, sem pré-requisitos, via plataforma de formação (SIGEAPE); e por contatos mediados a partir dos formadores, do coordenador e da gerência de etapas (Geteb).

O percurso *Projeto NaMoral: aprendizagem para a integridade humana* contou com a representação de pelo menos um professor, coordenador ou supervisor de cada escola inscrita. A efetivação da inscrição das

unidades escolares foi condicionada à participação desses educadores no percurso formativo.

Vinte e duas escolas concluíram o processo formativo do *NaMoral* em 2023, sendo elas: CEF 33 Ceilândia; CEF 25 Ceilândia; CED Gesner Teixeira; CEF 03 Brazlândia; CEF 10 Guará; CEF 02 Guará; CEF 04 Guará; CEF 08 Guará; CED 02 Riacho Fundo I; CEF Lobo Guará; Cef 01 Candangolândia; CEF 03 Planaltina; CEF 04 Brasília; CEF 01 Brasília; CEF 03 Brasília; CEF 404 Samambaia; CEF 07 Sobradinho 2; Escola do Parque da Cidade PROEM; CEF 102 Norte; CED 11 Ceilândia; CED Vargem Bonita; e CED 308 Recanto das Emas.

Com a ampliação da oferta do projeto *NaMoral* para toda a rede de ensino do Distrito Federal, tornou-se necessário adequar o material e a metodologia aos diferentes contextos das escolas, a fim de viabilizar a sua realização. Essa ação está em conformidade com Libâneo (1994, p. 173) ao afirmar que “a escolha e organização e os métodos de ensino devem corresponder à necessária unidade objetivos-conteúdos-métodos e formas de organização do ensino e as condições concretas das situações didáticas”.

Nessa linha, o Manual do Professor foi sendo tratado como uma ferramenta maleável, permitindo aos cursistas adequações para os contextos diversos, possibilitando reflexões e a criação de novas estratégias para atingir os objetivos propostos. Além disso, a flexibilidade do material permitiu a autonomia no fazer pedagógico, premissa comum aos projetos político-pedagógicos das escolas da rede. Nessa dinâmica, o projeto *NaMoral* também aprende, assimila as novas didáticas e expande suas possibilidades com as novas experiências.

Um exemplo desse tipo de adequação digno de destaque é o caso da Escola Parque da Cidade (PROEM), unidade escolar de educação em tempo integral que atende jovens adolescentes em situação de vulnerabilidade psicossocial e/ou socioeconômica e em defasagem idade-ano. Sete educadores do PROEM abraçaram o projeto e, contando com a parceria das equipes da Eape e do MPDFT, desenvolveram-no com mérito e êxito nesse desafiador contexto escolar.

No PROEM, a prioridade é a reinserção de adolescentes e jovens na vida escolar e no convívio social, dando a eles, através do conhecimento, oportunidades de assimilarem direitos e deveres, para que se tornem cidadãos plenos. Nesse sentido, o projeto *NaMoral* ampliou horizontes, por meio das muitas vivências que impactaram essa comunidade escolar, consolidando um clima de união e resiliência. Os docentes foram adequando os materiais do projeto à realidade com que lidam e os conteúdos das missões às suas práticas. Gradativamente, outros profissionais foram envolvidos em parcerias com a escola, ministrando palestras e oficinas que foram relevantes para o projeto. Educadora do PROEM, a professora Luciane Queiroz declarou:

O impacto positivo, primeiramente, ocorreu em nós, professores; um sentimento de união, mas também a percepção da necessidade de resgatarmos a essência da nossa escola, com o acolhimento e o desenvolvimento e promoção de bons hábitos. Já em relação aos estudantes, conseguimos promover habilidades de desenvoltura para apresentações discursivas e teatrais; e, também, desenvolvemos sentimentos de empatia e solidariedade.

Com isso, por intermédio das ações educativas e das práticas estudadas no curso, os cursistas foram instruídos a promover o envolvimento e o engajamento dos estudantes nas missões, nas rodas de conversas e nas demais atividades lúdicas, o que institui, gradativamente, uma consciência coletiva de que é possível criar na escola uma cultura de honestidade, elemento indispensável para se ter um mundo melhor.

O lema do projeto - *Esperto Mesmo é Ser Honesto* - permeou todas as missões. Cada encontro da formação possibilitou que os cursistas, diante do assunto e/ou especificidade das missões em andamento, pudessem expor suas experiências, seus dilemas, apresentar suas dúvidas, potencialidades e dificuldades, além das frustrações percebidas na execução do projeto na escola. A partir das complexidades apresentadas, foi possível sugerir adequações, apresentar mecanismos de auxílio, analisar as situações e atender, com empatia, as necessidades particularizadas de cada contexto específico.

As aulas foram elaboradas tomando como referência o Manual do Professor, guia rico em sugestões de vídeos, músicas, textos literários, formulários, artigos, entre outros. Obviamente os formadores enriqueceram esse repertório com outros materiais, de acordo com as circunstâncias, para tornar os encontros mais dinâmicos e eficientes. O manuseio do kit *NaMoral*, conjunto repleto de ludicidade, possibilitou aos cursistas conhecerem o material na sua amplitude e perceberem as múltiplas possibilidades de uso. As metodologias ativas e a gamificação foram estratégias didáticas usadas amiúde nos encontros, momentos nos quais o docente participante do projeto teve a oportunidade de se sentir no papel do aluno e fazer suas próprias análises.

A professora Renata Dias Fernandes, docente do CEF 10 do Guará II, relatou:

Apesar de os materiais serem de excelência, houve necessidade de adaptações para o formato das aulas. O curso foi essencial para a execução das missões. O portfólio foi interessante para termos a visão de como as escolas estavam desenvolvendo os trabalhos e darmos visibilidade ao que nossos alunos também criaram. Além disso, o mais importante foi o apoio dos formadores, nos direcionando, nos orientando e, principalmente, respeitando e compreendendo a realidade de cada escola, de cada comunidade escolar.

Ao final de cada aula, os cursistas eram informados sobre a regra da missão estudada no dia e do valor determinado para cada etapa concluída no *game*; além disso, o prazo também foi computado na pontuação. Ressalte-se que, nessa abordagem, o projeto *NaMoral* também tem uma estrutura de jogo. À medida em que as escolas que optaram por participar do jogo cumprem as missões e demais tarefas propostas, elas acumulam pontos e, ao final, são premiadas, inclusive com recursos disponibilizados pela Coordenadoria Executiva de Medidas Alternativas (CEMA), que disponibiliza recursos recuperados pela justiça advindos da corrupção para projetos sociais (Figura 3).

Todos os materiais referentes ao curso, inclusive os documentos avaliativos, ficaram à disposição dos educadores no ambiente virtual de aprendizagem – plataforma Moodle. Saliente-se que as escolas inscritas no projeto *NaMoral* receberam materiais, como o *banner* do projeto, o kit *NaMoral*, entre outros.

Para a avaliação, as formações regulares da Eape têm por padrão um instrumento avaliativo denominado Prática Reflexiva da Aprendizagem Desenvolvida (PRAD), que demanda uma ação educativa prática, lançando mão dos aprendizados do curso. No caso do curso apresentado, a PRAD foi materializada por meio do portfólio, alocado na plataforma *Padlet*, onde foi possível visualizar todo o histórico de desenvolvimento do projeto, o cumprimento das missões, por meio de textos, fotos e vídeos que registraram a realização dos desafios propostos. Assim, o professor cursista registra a prática concreta desenvolvida

na escola, nas várias fases do projeto. Além do registro avaliativo, o portfólio serve também como referência para o registro de memória das escolas.

Assim, como parte integrante da formação, os espaços para discussão e reflexão sobre o desenvolvimento do projeto não estavam limitados apenas aos encontros síncronos, ambiente destinado à partilha de ideias e experiências entre os pares, bem como a valorização do saber fazer, mas também se utilizou de outros espaços e momentos para a formação acontecer. Comumente, os formadores acompanharam *in loco* o desenvolvimento das missões e dos eventos, como o Dia D e as Rodas de Conversa, sendo esse o diferencial do curso.

Para os formadores, essa iniciativa e modelo de curso possibilitou uma maior aproximação dos cursistas, bem como maior apropriação dos objetivos do projeto. Essa aproximação garante engajamento e fortalece as ações de formação, criando um ambiente favorável para aprendizagem e desenvolvimento profissional.

Ressalta-se que as práticas e experiências nas escolas foram consideradas durante todo o processo, ao longo do ano. A abordagem dialógica durante os encontros e nas demais ações da formação, com a proposição de rodas de conversa inclusive entre as turmas e, posteriormente, rodas de avaliação com participantes de integrantes do MPDFT, a fim de refletir o processo de desenvolvimento do projeto. Promover espaços de socialização para a partilha das experiências contribuiu significativamente para a formação do percurso e do projeto.

Figura 3 – Coordenadoria Executiva de Medidas Alternativas

**NaMoral**  
INTEGRIDADE, ÉTICA E CONSCIÊNCIA  
MPDFT

**CEMA:**

O **NaMoral** fez parceria com a **CEMA** para possibilitar que as escolas participantes sejam contempladas com a destinação de pecúnias, via **SEMAS** locais, para aquisição de equipamentos e insumos ou projetos relacionados.

Para alcançar esses objetivos, todas as escolas terão que passar pelas seguintes fases:

- Credenciamento
- Envio do projeto
- Execução do projeto
- Prestação de contas

**O que é a Cema?**

A Coordenadoria Executiva de Medidas Alternativas é a responsável por coordenar todos os setores existentes no DF.

Cada Promotoria de Justiça nas cidades tem o seu próprio setor (Sema) para fazer os encaminhamentos de autores e destinação das medidas.

Para receber os valores referentes aos trabalhos submetidos, a escola deverá apresentar o projeto ao **SEMA**, no valor pretendido, especificando quais as melhorias serão realizadas na comunidade escolar.

Fonte: Elaborado pelos autores.



Os professores partilharam as particularidades das suas escolas, as ações existentes, os desafios de suas realidades e a possibilidade de diálogo do projeto com os respectivos projetos políticos-pedagógicos. Por óbvio, o professor é um agente fundamental na execução do *NaMoral* nas unidades escolares, em especial por viabilizar e mediar as reflexões e as ações propostas. Em 2023, 110 educadores participaram efetivamente da formação, sendo eles, majoritariamente, professores temporários.

O professor cursista do *NaMoral*, em geral, tem um perfil deveras particular: é aquele educador não conformado com as disparidades existentes na comunidade, questionador da realidade social e crítico do papel da escola na sociedade; um professor que busca ser agente de transformação, por meio do valor que reconhece e entrega em seu trabalho; profissional que não cabe em uma postura acomodada; protagonista de ações concretas; promotor de práxis educativas substanciais. Identifica-se com o propósito do projeto, por enxergar nele uma possibilidade real de mudança de paradigmas culturais, por meio de ações sistematizadas e com potencial de abrangência sistêmica, objetivando a construção de um legado de integridade.

As partilhas vivenciadas durante a formação, além de somarem como possibilidades de práticas dentro do projeto, também foram auxílios e inspirações entre os pares, na condução do projeto em suas escolas. A maleabilidade e a transversalidade temática do *NaMoral* propiciam a adequação dele a uma gama de incontáveis possibilidades. Houve vários casos de execução de fases *game* nas escolas de forma híbrida, vinculado a outros projetos já existentes nessas escolas, como por exemplo, do CEF PROEM, que lançou mão de metodologias do projeto em um mercadinho, do CED 11 de Ceilândia, que levou a temática da ética para a tradicional festa junina, e do CED Gesner Teixeira, do Gama, que colocou os valores da integridade em uma gincana.

## Considerações finais

A experiência com o curso *NaMoral* foi muito enriquecedora, com destaque para a implementação do projeto na formação continuada de professores, na Eape. Não se pretendia apenas apresentar metodologias ou instrumentalizar os participantes, mas sim motivá-los, por intermédio das práticas reflexivas, para a execução do projeto nas escolas, a fim de que ressignificassem valores e princípios, favorecendo o protagonismo dos alunos no ambiente

escolar, como agentes de transformação, corresponsáveis pela construção do ecossistema da integridade.

É fundamental ressaltar que participar de um projeto como o *NaMoral*, inovador tanto nos objetivos educacionais a que se presta quanto nas estratégias didáticas de que se vale, necessariamente gera nos envolvidos, sejam formadores ou cursistas, questionamentos e muitas expectativas. Entretanto, durante o curso, foram criadas estratégias com o objetivo de sanar dificuldades, sempre de forma dialógica. Foram buscadas alternativas para os desafios que os cursistas apresentavam, dando a eles condições de executarem o projeto com autonomia, porém com o suporte dos formadores, inclusive in loco, auxiliando na conscientização de alunos e de outros educadores sobre a importância de envolver toda a comunidade no projeto. A participação dos formadores no fazer pedagógico dos cursistas também foi fundamental para o engajamento dos alunos nas atividades referentes às missões e, também, para valorizar as ações do projeto na escola. Nitidamente, as comunidades escolares se sentem prestigiadas com as visitas dos formadores, momentos recorrentes previstos pelo projeto.

Nos espaços de fala que a dinâmica do projeto propicia, dificuldades, desafios e saberes relacionados ao educar para integridade e para a cidadania foram verbalizados. Isso gerou um clima de cumplicidade, uma empatia, estabelecendo elos de perseverança e esperança; e a consciência de que os professores são os agentes da integridade nas escolas e podem motivar os alunos a assumirem uma postura em prol de um mundo melhor.

Tal constatação é corroborada pelo pressuposto de que:

Conversar não só desenvolve a capacidade de argumentação lógica, como, ao propor a presença física do outro, implica as capacidades relacionais, as emoções, o respeito, saber ouvir e falar, aguardar a vez inserir-se na malha da conversa, enfrentar as diferenças, o esforço de colocar-se no ponto de vista do outro...” (Warschauer, 2001, p. 179 apud Moura; Lima, 2014, p. 101).

Nesta construção, houve sintonia, cumplicidade e parceria entre os envolvidos. O amor pelo fazer educativo, atributo dos genuínos educadores, corroborou para o desenvolvimento profissional e, conseqüentemente, para a realização do curso. Todos aprenderam uns com os outros. Os formadores foram, simultaneamente lapidários e lapidados, formando seus pares para o nobre objetivo de lapidar os educandos com que lidam, para que o brilho deles seja revelado e o seu valor, validado. Como diamantes! ■

## Referências

AGUERRONDO, I. **Formación docente em la sociedad del conocimiento**: estudos em avaliação educacional. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2009.



- ABRAMOVAY, M.; CUNHA, A. L.; CALAF, Priscila P. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas**, Rede de Informação Tecnológica Latino-americana – RITLA, 2009.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 1, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Plano Nacional de Educação**. Aprova o Plano Nacional da Educação, e dá outras providências, 2014.
- CHRISPINO, Á. Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação. **Revista Ensaio**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 54, p. 11-28, 2007.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Diretrizes de Formação Continuada da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal**. Brasília, 2018.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Currículo em Movimento da Educação Básica: pressupostos teóricos**. Brasília, 2014.
- DISTRITO FEDERAL (Brasil). Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). **A essência do projeto NaMoral**. Brasília, 2022a. Disponível em: [https://www.mpdft.mp.br/namoral/images/pdf/apresentacao/A\\_ESSENCIA\\_DO\\_NA\\_MORAL.pdf](https://www.mpdft.mp.br/namoral/images/pdf/apresentacao/A_ESSENCIA_DO_NA_MORAL.pdf). Acesso em: 25 out. 2023.
- DISTRITO FEDERAL (Brasil). Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. NaMoral. **Apresentação: vacina contra a corrupção**. [S.l.]: Brasília: MPDFT, 2022b. Disponível em: <https://www.mpdft.mp.br/namoral/index.php/o-projeto/apresentacao>. Acesso em: 25 out. 2023.
- FREIRE, P. **Pedagogia da esperança, um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.
- TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 17ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- WARSCHAUER, C. **Rodas em rede: oportunidades formativas na escola e fora dela**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- UNESCO. **A violência escolar e bullying: relatório sobre a situação mundial**. Brasília, 2019.